

Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS

REQUERIMENTO No DE 2008
(Do Sr. Chico Alencar)

Reunião de audiência pública da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conjuntamente com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional para a apresentação do Relatório, elaborado pelo Greenpeace, sobre o desmatamento na Amazônia, intitulado: "O Leão Acordou: uma análise do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal".

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, que seja realizada Reunião de Audiência Pública da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conjuntamente com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, para a apresentação do Relatório, elaborado pelo Greenpeace, sobre o desmatamento na Amazônia, intitulado: "O Leão Acordou: uma análise do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal", lançado no último dia 6 de março em São Paulo.

Sugestões de convidados para a Audiência Pública:

- 1) Coordenador de Programa de Floresta do Greenpeace Brasil, Sr. Paulo Adário.
- 2) Representantes do "Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a Redução dos Índices de Desmatamento na Amazônia Legal" (GPTI), coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e com representantes dos ministérios que participam do GPTI: Ciência e Tecnologia (MCT), Defesa (MD), Desenvolvimento Agrário (MDA), Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Integração Nacional (MI), Meio Ambiente (MMA), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Minas e Energia (MME), Transportes (MT), Trabalho e Emprego (MTE), Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Relações Exteriores (MRE).

JUSTIFICAÇÃO

O Greenpeace divulgou no último dia 6 de março, durante conferência de imprensa em São Paulo, análise do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, lançado pelo governo Lula em março de 2004, envolvendo 13 Ministérios sob coordenação da Casa Civil. O relatório aponta algumas explicações sobre as possíveis causas da retomada do desmatamento, detectada no segundo semestre de 2007 – que, de acordo com o governo, pode ter chegado a 7 mil quilômetros quadrados. Uma delas é o fato de que quase 70% das atividades previstas no Plano não aconteceram como previsto.

O relatório do Greenpeace, que tem como título "O Leão Acordou", mostra que das 32 ações estratégicas, 10 (31%) foram quase ou integralmente cumpridas, 11 (34%) foram parcialmente realizadas e 11 (34%) não foram cumpridas ou foram incipientes. Das 10 atividades cumpridas, apenas três foram executadas nos prazos previstos, demonstrando que o governo subestima o esforço necessário para sua execução. O pior desempenho foi observado nas ações de fomento às atividades sustentáveis, que deveriam consolidar um modelo de desenvolvimento não predatório, adaptado à realidade da região.

"Se a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, mostrasse o mesmo empenho que tem na implementação do Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC, as ações de combate e prevenção ao desmatamento teriam surtido um efeito muito maior, com impactos mais duradouros na redução da derrubada da floresta", disse Marcelo Marquesini, engenheiro florestal da campanha da Amazônia do Greenpeace, que coordenou a realização do relatório divulgado hoje. Historicamente, a abertura ou pavimentação de estradas e grandes obras – como as previstas no PAC de Lula – sempre estimularam a migração e o avanço sobre a floresta Amazônica. O tema infra-estrutura proposto pelo Ministério do Meio Ambiente foi retirado pela Casa Civil nas vésperas do lançamento do Plano.

Outro ponto que fica claro ao se ler o relatório do Greenpeace é de que a coordenação entre os 13 Ministérios no Plano de Combate ao Desmatamento não pode ser chamada de trabalho de equipe. A ONG conseguiu, através da análise das ações e de diversas entrevistas com burocratas, classificar quais são os Ministérios que introduziram as ações de redução das derrubadas no seu dia-a-dia e quais são aqueles que jogaram contra. Na avaliação, os Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, Defesa e Ciência e Tecnologia foram os que mais trabalharam pelo Plano. Por outro lado, a Casa Civil e os Ministérios de Minas e Energia, Agricultura e Relações Exteriores foram apontados como aqueles que atrapalharam o combate ao desmatamento.

O papel do INCRA e do Ministério que o coordena, o de Desenvolvimento Agrário, talvez seja o mais contraditório de todos. Embora tenham colaborado em ações de ordenamento territorial, este órgão, por razões ideológicas, acabaram fomentando um modelo de reforma agrária extremamente destrutivo na Amazônia. Segundo Marquesini, o Greenpeace entrevistou diretores do INCRA que claramente se opõe à política de concessões florestais promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente e de seu Serviço Florestal Brasileiro. Melhor seriam, disseram estes servidores, que as florestas fossem destinadas à reforma agrária. Mas casos, como os 97 assentamentos em Santarém, Pará, mostraram que colocar famílias nas matas sem assistência técnica apenas favoreceu o surgimento de contratos espúrios entre assentados e madeireiros. "Eles abriram as portas do pandemônio na Amazônia", alfineta Marquesini ao analisar a atuação do INCRA.

O mais grave é que, apesar de todas as medidas adotadas recentemente pelo governo, voltadas para os 36 municípios onde o desflorestamento foi maior (recadastramento fundiário e ambiental das propriedades rurais, suspensão de autorização para desmatamento, regras mais rígidas para concessão de financiamento"), a destruição da floresta segue impune. O jornal "Folha de São Paulo, em 12 de março de 2008, noticia, em letras garrafais: "Amazônia perde área igual a 40% de SP só em janeiro", repercutindo o estudo do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Faz-se, portanto, urgente e necessário que a Câmara discuta a questão com toda a seriedade que ele requer, ainda mais porque o desmatamento e as queimadas - que correspondem a mais de 70% das emissões de gases do efeito estufa pelo Brasil - colocam o país no vexaminoso lugar de quarto maior poluidor do planeta.

Sala das Sessões, 13 de março de 2008.

Chico Alencar
Deputado Federal, PSOL/RJ